

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS NACIONAIS**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA,**  
**REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Caroline Lisa Schultz Pedro Bon

De Conselho de Cultura para Conselho de Política Cultural: as conquistas e os desafios da participação no município de Joinville, Santa Catarina.

Joinville  
2013

Caroline Lisa Schultz Pedro Bon

De Conselho de Cultura para Conselho de Política Cultural: as conquistas e os desafios da participação no município de Joinville, Santa Catarina.

Monografia apresentada ao Programa de Formação de Conselheiros Nacionais do curso de Especialização em Democracia Participativa,

República e Movimentos Sociais como parte dos requisitos para obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. José Maurício Domingues

Joinville

2013



Universidade Federal de Minas Gerais  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais  
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha  
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm\_edist\_@fafich.ufmg.br  
TEL (31) 3409-5004

---

## ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de janeiro de 2013 (dois mil e treze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia elaborada por Caroline Lisa Schultz Pedro Bon., intitulada "De Conselho de Cultura para Conselho de Política Cultural: as conquistas e os desafios da participação no município de Joinville, Santa Catarina".

A Comissão, composta pela professora Eleonora Schettini Martins Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais) e por Mônica Barros de Lima Starling (Fundação João Pinheiro - MG), após apresentação da monografia, deliberou pela sua aprovação, o que confere a aluna o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2013.

Eleonora Schettini Martins Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais)

Mônica Barros de Lima Starling (Fundação João Pinheiro- MG)

Dedico este estudo  
à minha pequena sobrinha Bianca e meus afilhados,  
Julia e Lorenzo, para que possam crescer esperançosos  
de um mundo cada vez melhor, sempre!

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos colegas conselheiros, membros do Conselho Municipal de Política Cultural de Joinville, que junto a mim mergulharam sem ressalvas nessa tarefa de construção da política cultural de Joinville.

Agradeço aos colegas e amigos que desde 2003, acompanham minha trajetória, sempre motivando e depositando confiança: Izabela Pacheco Cardoso, Tamara Gasparini Martini, Carolina Borth, Fernanda Kluge, Viviane de Santana, Patrícia Zimmermann, Jura Arruda, Eduardo Baumann, Gleber Pieniz, Gabriel Chati, Silvestre Ferreira, Cristóvão Petry, Robson Benta e Borges de Garuva.

Aos meus amados colegas teatros, que junto comigo integram as diretorias da Associação Joinvilense de Teatro e a Federação Catarinense de Teatro e foram pacientes e compreensivos com minhas ausências neste período de concentração para a elaboração da monografia: Qiah Salla, Willian Sievert, Patricia Zimmermann, Luciano Cavichioli, Marcelo Octavio de Mello, Daniel Olivetto, Sandra Knoll, Leandro de Assis e Carolina Spieker.

À minha família que, mesmo desconfiando de tudo muitas vezes, enchem os olhos de brilhos por minhas conquistas. Isso sempre me motivou! Em especial à minha mãe, Rita Schultz, que está sempre disponível e é a melhor companheira que existe em minha vida.

## RESUMO

Esta pesquisa se propõe a discorrer sobre a importância das interações entre representação e participação em instâncias participativas nas democracias contemporâneas, através de um olhar voltado para o movimento recente da área cultural para estabelecimento não definitivo, mas contínuo, de uma política cultural desenvolvida com a participação efetiva da sociedade civil no país. A instância estudada, o Conselho Municipal de Política Cultural de Joinville (CMPC-Jl), se inscreve no âmbito das políticas públicas de cultura do município sendo o canal de participação direta da sociedade civil. Sua análise está intrinsecamente relacionada à mobilização no país para construção de um Sistema Nacional de Cultura. Foram realizadas entrevistas com conselheiros representantes da sociedade civil e do governo nesta nova configuração do conselho, além de conselheiros que fizeram parte do processo recente de transformação e legitimação de um conselho de cultura para conselho de política cultural, com intenção de destacar desafios e conquistas pela percepção dos conselheiros de cultura, no que é possível chamar de evolução democrática. A partir do levantamento de dados da participação de representantes e representados em reuniões ordinárias do conselho, fóruns, pré-conferências e conferências, apresentam-se sugestões para intensificar a participação social nestas instâncias.

**Palavras-chave:** Conselho, Cultura, Sistema, Política Cultural, Participação Social, Joinville.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CAP:** Comissão de Análises de Projetos

**CMC-Jlle:** Conferência Municipal de Cultura de Joinville

**CMPC-Jlle:** Conselho Municipal de Política Cultural de Joinville

**COMPHANN:** Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural

**CNPC:** Conselho Nacional de Políticas Culturais

**FCJ:** Fundação Cultural de Joinville

**GTs:** Grupos de Trabalho

**GT Plano:** Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Cultura de Joinville

**IPCJ:** Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville

**MinC:** Ministério da Cultura

**PMC-Jlle:** Plano Municipal de Cultura de Joinville

**PNC:** Plano Nacional de Cultura

**SIMDEC:** Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura

**SMC-Jlle:** Sistema Municipal de Cultura de Joinville

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1 – O Sistema Municipal de Cultura de Joinville e seus componentes.....	23
TABELA 1 – Quadro de Participação Pré-conferências e fóruns setoriais de cultura de Joinville .....	30
TABELA 2 – Quadro de participação dos conselheiros nas reuniões ordinárias e extraordinárias do CMPC-Jlle.....	36

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 - DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>14</b>
<b>3 - A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL NO PAÍS.....</b>	<b>17</b>
<b>4 - A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE: UM CAMINHO DE CONQUISTAS.....</b>	<b>21</b>
<b>5 - O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE JOINVILLE: O DESAFIO DA NOVIDADE.....</b>	<b>27</b>
<b>6 – ENTREVISTA COM CONSELHEIROS.....</b>	<b>38</b>
<b>6.1 – Resultados e reflexões das entrevistas .....</b>	<b>38</b>
<b>7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>47</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa propõe-se buscar reflexões sobre aspectos que contribuem ou dificultam para que a participação da sociedade civil, organizada jurídica e organicamente ou por interesse individual, tenha maior intensidade na cidade de Joinville frente à nova configuração de instâncias participativas no campo da política cultural, tendo como base para análise o processo participativo de reestruturação do Conselho de Cultura para Conselho Municipal de Política Cultural de Joinville (CMPC-Jlle) junto ao Sistema Municipal de Cultura de Joinville (SMC-Jlle) e os dois primeiros anos de gestão do CMPC-Jlle nesta nova configuração.

O processo de construção da cidade de Joinville iniciou muito antes de sua colonização oficial em 9 de março de 1851 e foi consolidado pela iniciativa mercantilista da Sociedade Colonizadora de Hamburgo (1849), iniciativa esta apoiada pelo Governo Imperial do Brasil. Em 1866 ocorre a estruturação político-administrativa do município, mas mesmo com todos os investimentos e olhares voltados para o desenvolvimento industrial e mercantilista - um empreendimento privado de colonização - Joinville apresentou um desenvolvimento cultural para além de suas bases fundadoras com um conjunto expressivo e diversificado de instituições culturais, grupos teatrais e corais<sup>1</sup>. Está localizada na região nordeste de Santa Catarina, é a cidade mais populosa do Estado, a terceira da região sul do país com 515.250 mil habitantes (IBGE, 2010), é conhecida como Cidade dos Príncipes, das Flores, das Bicicletas e da Dança.

O desenvolvimento cultural impulsionado pelo protagonismo de pessoas e grupos instigou a municipalidade à criação e reconhecimento por lei de diversas instituições públicas a partir de 1945, à criação em 1968 do Conselho Municipal de Cultura como instância consultiva e, em 1982 da Fundação Cultural de Joinville, órgão público responsável pela gestão de políticas culturais. Tanto se desenvolveu no que diz respeito à gestão e produção cultural, que no ano de 2009 Joinville obteve o 6º lugar entre os municípios com maiores valores no Índice Municipal de Gestão Cultural (IMGC), do Instituto de Pesquisa Econômica

---

<sup>1</sup> Apoiadas e mantidas predominantemente por grupos da sociedade civil, destacam-se já na primeira década da colonização a Kulturverein (Sociedade da Cultura), a Schuetzenverein zu Joinville (Sociedade de Atiradores), a Gesangverein Helvetia (Sociedade de Canto Helvécia), a Harmonie-Gesellschaft (Sociedade Harmonia), a Deutscher Turnverein zu Joinville (Sociedade Alemã de Ginástica) e a Sängerbund (Liga de Cantores), precursoras de outras criadas posteriormente com o objetivo de fomentar atividades culturais aparentemente demarcadas por critérios étnicos. (JOINVILLE, Plano Municipal de Cultura. Disponibilizado em [www.cmpc-jlle.blogspot.com](http://www.cmpc-jlle.blogspot.com))

Aplicada, o Ipea<sup>2</sup>. Este indicador leva em conta - através de variáveis extraídas da publicação Perfil dos Municípios Brasileiros 2006 (MUNIC 2006) - a existência, na história e atualmente, de órgão gestor exclusivamente dedicado à cultura desde 1982, do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura desde 1999 e da Lei Municipal de Fomento regulamentada pela Lei Nº 5.372 de 16 de dezembro de 2005 como Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SIMDEC), da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural (COMPHANN) criada em 1980 através da Lei nº 1.772 e da existência, periodicidade de encontros e composição de Conselho Municipal de Cultura criado em 1968 pela Lei nº 951.

Mas há significativas mudanças no cenário político do município de Joinville a partir do ano de 2009 quando um governo popular assume a gestão pública pela primeira vez em toda sua história. E foi também em 2009 que ocorreu uma das principais mudanças no cenário da política cultural joinvilense, antes mesmo da instituição de marco legal, com a realização da eleição dos representantes da sociedade civil para o futuro Conselho Municipal de Política Cultural em oito das 11 pré-conferências setoriais de cultura.

Os eleitos, titulares e suplentes, foram referendados na plenária da 2ª Conferência Municipal de Cultura de Joinville (CMC-Jlle), realizada em outubro daquele ano. Na mesma conferência foi expedida uma moção encaminhada ao então Conselho Municipal de Cultura que estava envolvido diretamente na finalização do projeto da Lei 6705 que instituiu o Sistema Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Política Cultural, para inclusão das cadeiras de Comunicação e Formação em Cultura entendidos como setores transversais, como também, a participação nas últimas reuniões daquele conselho, dos conselheiros já eleitos para a próxima gestão. Este projeto de Lei, também havia sido apresentado na 2ª CMC-Jlle para que a sociedade civil participasse de sua construção.

Os conselheiros eleitos em outubro de 2009 tomaram posse em solenidade realizada em 9 de setembro de 2010. Entre os compromissos previstos para os representantes do poder público e da sociedade civil nesta nova configuração do conselho, organizados em grupos de trabalho e comissões temáticas, estavam o acompanhamento e a participação na construção do Plano Municipal de Cultura (PMC-Jlle) e na estruturação dos subsistemas e programas que compõem o Sistema Municipal de Cultura de Joinville, a saber, Sistema de Patrimônio

---

<sup>2</sup> Fonte: [http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=34](http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=34)

Cultural, Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais e Programa Municipal de Formação em Cultura. O Plano Municipal de Cultura foi aprovado por unanimidade na Câmara de Vereadores de Joinville em 10 de Julho de 2012. Posto assim tudo é muito promissor, mas como partes estruturantes de um sistema que para existir eficientemente exige o diálogo constante entre governo e sociedade, o que se percebe é uma diminuição da participação da sociedade civil após eleição direta de seus representantes.

O que acontece afinal? O que impulsiona a participação em determinados momentos como, por exemplo, a realização da 2ª CMC-Jlle? Quais os motivos que atrasaram a eleição dos representantes da sociedade civil para a composição da segunda gestão do CMPC-Jlle? O que pode ser feito para ampliar a participação nas instâncias de diálogo da sociedade civil e governo, criadas junto ao SMC-Jlle e, conseqüentemente, ao Sistema Nacional de Cultura? Estas e outras questões fazem parte deste estudo.

A metodologia proposta para esta pesquisa compreende três momentos distintos que utilizam diferentes instrumentos.

O primeiro momento consiste na análise documental e do referencial teórico acerca do campo políticas culturais. Para tanto, será solicitada a Fundação Cultural de Joinville dados de participação nas reuniões do novo conselho e das instâncias participativas como fóruns setoriais, pré-conferências setoriais e conferências de cultura. As atas e outros documentos do conselho e das conferências estão disponibilizadas nos sítios [www.cmpc-jlle.blogspot.com](http://www.cmpc-jlle.blogspot.com) e [www.conferenciadeculturadejoinville.blogspot.com](http://www.conferenciadeculturadejoinville.blogspot.com). A lei que cria o Sistema Municipal de Cultura (SMC-Jlle) e dispõe sobre as diretrizes, composição e funcionamento do CMPC-Jlle também servirão de base para esta pesquisa, além da vasta publicação do Ministério da Cultura desde o ano de 2003.

O segundo momento é uma pesquisa de campo com entrevistas de roteiro não-estruturado que foi realizada com representantes do antigo Conselho Municipal de Cultura sendo um da sociedade civil e outro do governo, com oito representantes do atual Conselho Municipal de Políticas Culturais, sendo quatro deles representantes da sociedade civil e quatro do governo. Estas entrevistas tiveram a intenção de recolher percepções dos conselheiros quanto ao exercício das funções previstas na Lei e no Regimento, como também de justificativas para a baixa participação da sociedade civil nas instâncias participativas fortalecidas com a legalização desta nova estrutura decisória e gestora da política cultural de

Joinville. O terceiro momento consiste na análise dos dados coletados e do processo de escrita do texto que compõe o trabalho.

A experiência do município de Joinville com a gestão cultural e o movimento para construção de uma política cultural é foco de minha atenção, principalmente pela experiência como artista, militante e gestora cultural na cidade, intensificada a partir do ano de 2003 com o chamado do Ministério da Cultura para construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC). As percepções quanto ao exercício das funções de conselheiro também são reforçadas aqui por minha participação direta no CMPC-Jlle durante o período de setembro de 2010 a janeiro de 2012. Esta participação se deu como suplente da cadeira pertencente à Gerência de Difusão e Incentivo Cultural da Fundação Cultural de Joinville na qual atuava como Coordenadora de Eventos e ainda, como secretária executiva do CMPC-Jlle.

Este trabalho reúne informações desta experiência vivida diretamente no conselho, com destaque para as dificuldades encontradas na mobilização da sociedade civil para a participação nestas instâncias regulamentadas pelo Sistema Municipal de Cultura de Joinville a partir de sua normatização no ano de 2010 pela Lei 6.705, em conjunto às impressões colhidas em entrevistas realizadas com conselheiros desta nova gestão e conselheiros do antigo Conselho de Cultura. O resultado que se pretende é diagnosticar problemas na mobilização para participação e apresentar sugestões que possam contribuir para ampliar o interesse pela participação cidadã nesta e nas outras instâncias criadas junto ao Sistema Municipal de Cultura de Joinville.

## 2 - DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Confirmamos, historicamente, que é o sentimento de desigualdade que impulsiona transformações nas esferas social e política, porque une os homens, entendidos como cidadãos, para um fim que não é o interesse pessoal ou vantagens materiais, mas o coletivo, o bem comum. O bem comum é o princípio que deve reger a atuação de governantes eleitos democraticamente em um estado republicano. A partir de 5 de outubro de 1988, a promulgação da Constituição Brasileira em sua última versão se apresenta como a Constituição Cidadã, por ter sido elaborada num amplo processo de participação popular e por assegurar, pós regime militar, o pleno objetivo de concretizar a cidadania e a democracia no país.

A Carta Magna de 1988 traz consigo novos direitos e garantias fundamentais como o direito à vida, igualdade, liberdade, segurança, propriedade e respeito aos direitos humanos, ainda que, após 24 anos de sua promulgação percebamos no Brasil a convivência com desigualdades sociais.

Podemos afirmar que a instituição das repúblicas foi um movimento de liberdade, de liberdade política fortalecida por valores que impulsionaram a união de homens em busca de um bem comum. As bases do republicanismo estão calcadas na importância da participação política do cidadão para construção de uma sociedade livre, sendo a liberdade entendida como um direito do cidadão de participar ativamente da vida política, exercendo escolhas e contribuindo para as decisões sobre assuntos que interessam a todos.

A comunidade política pode ser entendida como referência fundamental, que permite à cultura do homem desenvolver-se no convívio com outros homens. Esta comunidade é, em sua essência, livre. No Dicionário de Política Norberto Bobbio (1998, 709), por exemplo, conceitua-se liberdade política como aquilo que outorga aos cidadãos ou as associações a possibilidade de estabelecer relações com o Governo. No Brasil democrático, como aponta Avritzer (2007) citando Gurza Lavalle, Houtzager e Castello, as instituições participativas que emergiram implicaram em um aumento da representação pela participação efetiva e auto-legitimada de atores sociais e pela aceitação oficial da representação da sociedade civil pelo Estado.

Uma linha de evolução político-histórica, desde a conceituação da democracia como sendo de baixa até alta intensidade, foi determinada pelo que se denominou de ondas de democracia. Segundo Santos e Avritzer, a primeira onda foi efetivada pela desejabilidade da democracia como forma de governo, mas que restringia a participação e soberania ao procedimento eleitoral. É a concepção hegemônica de democracia, instituindo o elitismo democrático. A segunda onda de democracia foi permeada pelo debate acerca da compatibilidade ou não entre democracia e capitalismo, indicando países com propensão democrática ou países que necessitavam de uma mudança nas condições sociais, políticas e econômicas para vir a ser. Verifica-se aqui o começo da inevitável e constante necessidade de ampliação burocrática para atender às diferenças estruturais das sociedades diversas.

Já a terceira e atual onda de democracia é fortalecida constantemente pela efetiva participação dos cidadãos na construção das políticas públicas através da representatividade, levantando o debate sobre a qualidade da democracia atendendo a diversidade e organicidade das entidades sociais, organizadas por classe ou por interesses. É muito mais um movimento de significação do que de conceituação, efetivado pela participação. São processos em que a esfera política abre espaços para que a sociedade possa influenciar diretamente nas decisões políticas através de seus representantes, não unicamente, sendo lícita a participação independente de titulação de representatividade.

Recentemente, o conceito de representação política vem ganhando visibilidade e relevância na teoria democrática. Isso se deve, principalmente, a importantes mudanças no cenário político que têm apontado para mais e mais oportunidades para indivíduos ou grupos proporem-se como representantes e para funcionarem com capacidade representativa. (ALMEIDA, CUNHA, 201, p. 87)

São exemplos atuais de exercício democrático de alta intensidade as experiências de deliberação argumentativa através da organização de associações de classes e sindicais, dos Conselhos, das ações populares, das audiências públicas, das Conferências e das plenárias de orçamento participativo, sendo este último um dos mais bem sucedidos exemplos atuais de empoderamento outorgado pelo Estado à sociedade.

E quanto á representatividade, a questão que gira em torno da responsabilidade assumida pelo representante é: sendo eleito ou legitimado para representante de determinada

área, por um "social" que é dinâmico e orgânico, que traz em si a diversidade e os possíveis conflitos oriundos das relações existentes entre os indivíduos que compõe uma classe, deve-se apenas acompanhar e relatar os fatos e demandas da área e assim contribuir para construção das políticas públicas? Quando da participação em um Conselho, por exemplo, considerando a atual e desejada estruturação do corpo de conselheiros, parece que fica bem clara a diferença entre formação em uma área e formação política para uma determinada área. E é neste ponto que, estamos indo a passos lentos, pois conceitos políticos não fazem parte da formação educacional de nosso povo. Práticas profissionais fazem. E a política fica restrita, como muitos conhecimentos, ao interesse pessoal.

É através dos mecanismos de representação, oriundos da organização da sociedade em agrupamentos com interesses comuns que é possível pensar a república, por exemplo, como forma de governo para grandes nações como o Brasil. Isso garante respeito as necessidade advindas de uma sociedade plural e diversificada como a nossa, sem se constituir como uma ameaça ao Estado, mas sim, como investimento necessário ao fortalecimento do Estado.

A teoria republicana prima pela idéia de interesses públicos partilhados, de solidariedade política e de virtudes civis. Além disso, defende a idéia de liberdade como o direito de participar. Como alternativa então, temos a necessidade de transformação do indivíduo em cidadão e deste cidadão engajado na esfera pública, participando ativamente. Como reforço para educação política da sociedade, é importante o debate sobre temas de interesses comuns, além da defesa de valores que formam o cidadão como a solidariedade, a compaixão e a amizade.

Contribuindo para a crença na possibilidade de materialização de um ideal, de uma sociedade idealizada, mas não esquecendo a sempre presente urgência de educação política e de socialização da informação para os indivíduos, as experiências de deliberação argumentativa comprovam a necessidade de centralidade da diversidade nas discussões e da atenção ao pluralismo social nas decisões. As ações de participação política que estamos tendo oportunidade de acompanhar são um grande trunfo para mudanças nos quadros políticos. Como demonstra a história, não basta apenas acreditar ou desejar, é preciso participar.

### **3 - A PARTICIPAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL NO PAÍS.**

Os artistas e agentes culturais estão presentes em quase todos – se não todos – os movimentos políticos. Por terem a necessidade da presença do outro para expressão de sua arte, a interação e a preocupação dos artistas com o povo e com o que falta dignamente ao homem para exercer sua cidadania sempre existiu. E por terem a “mente aberta” e serem destemidos pela capacidade de expressão, sempre estiveram à frente ou engajados coletivamente nas lutas pelo estabelecimento das democracias, em todo o mundo. Podemos até arriscar afirmar que os artistas engajados com a ideia de democracia participativa, e são muitos, concordam com a definição de democracia de Adam Przeworski destacada por Anastácia e Inácio (2006):

... a democracia é resultante do jogo combinado de instituições e recursos (1991) e se expressa através de uma rede intrincada de relações do tipo agente-mandante (1999), nas quais os cidadãos sinalizam suas preferências para os representantes eleitos, que deverão traduzir tais demandas políticas e encaminhá-las para as burocracias públicas que, por sua vez, deverão traduzi-las em resultados (ANASTACIA, INÁCIO, 2006)

As intenções de construção de políticas culturais no Brasil, segundo estudos e registros, tem como ponto de partida a década de 30, mas vale ressaltar que é contemporânea a leitura do “Estado sobre a cultura como uma área que deva ser tratada sob a ótica das políticas públicas” (Calabre, 2009, p.9). O movimento recente na construção de uma reforma na política cultural para o Brasil iniciou-se com a eleição em 2003 de um governo popular que renovou a perspectiva de implantação de mecanismos de democracia participativa na administração pública. De lá pra cá, o movimento do Ministério da Cultura (MinC) foi o de tratar a cultura como política pública dando importância e relevância para a pasta no governo federal e na administração pública em suas três esferas:

“Um dos maiores desafios enfrentados pelo Ministério da Cultura (MinC), a partir de 2003, foi de regatar o papel institucional do órgão como formulador, executor e articulador de políticas de cultura. Entre as mudanças propagadas e instaladas pelo Ministério da Cultura nas gestões Gilberto Gil e Juca Ferreira, vale destacar: 1) o alargamento do conceito de cultura e a inclusão do direito à cultura, como um dos princípios basilares da cidadania; sendo assim 2) o público alvo das ações governamentais é deslocado do artista para a população em geral; e 3) o Estado, então, retoma o seu lugar como agente principal na execução das políticas culturais; ressaltando a importância 4) da participação da sociedade na elaboração dessas políticas; e 5) da divisão de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo, as organizações sociais e a sociedade, para a gestão das ações.” (SOTO, CANEDO, OLIVEIRA & SALGADO, 2010, p.30)

O programa da campanha de Lula à presidência já previa a realização de processos de escuta pública para a construção do Plano Nacional de Cultura (PNC), um documento estratégico, apartidário e de longo prazo, como também a estruturação do Sistema Nacional de Cultura visando à pactuação entre os entes federativos e a sociedade civil para a gestão das políticas públicas de cultura. Estas duas demandas foram prioritárias nas gestões Gil e Juca e a maioria das iniciativas de participação foram motivadas para este fim.

Segundo Juca Ferreira, Ministro da Cultura na gestão 2007-10, “um país complexo como o Brasil precisa aprender a se ver e a se reconhecer por inteiro. Fazer valer sua maioria complexa, diversa, real, que diz respeito a todos, mas também a cada um.” (Ministério da Cultura, 2011, p.2). O movimento democrático incitado e fomentado pelo MinC reuniu os agentes culturais do país em Conferências Municipais, Estaduais e Nacional donde colheu informações que subsidiaram a estruturação do Sistema Nacional de Cultura como “um modelo de gestão conjunta de políticas públicas baseado na cooperação federativa, no fortalecimento institucional e na participação social.” (Ministério da Cultura, 2010, p.18). E, sem deixar de ressaltar que neste processo existiram dificuldades, pode-se dizer, que este movimento de Estado é um exemplo bem sucedido de respeito ao ideal democrático como conjunto de interações entre atores portadores de interesses e capacidades seguindo determinadas regras.

O que fez o MinC? Chamou a sociedade civil para, em instâncias organizadas e regimentadas, discutir política cultural e contribuir com a construção de um Sistema Nacional

de Cultura tendo como base o exemplo de plataformas já em vigor como a saúde, a assistência social, a educação e o meio ambiente. A participação da sociedade civil iniciou em 2003 com a realização dos Seminários Cultura para Todos, reunindo aproximadamente 30 mil pessoas. A partir de 2005, esta participação se deu através da realização das Conferências que tiveram a seguinte estrutura em grande parte do país: conferências intermunicipais ou municipais que elegeram os delegados para as conferências estaduais que, por sua vez, elegeram os representantes estaduais, tanto da esfera pública quanto civil, como delegados para a 1ª Conferência Nacional de Cultura realizada no início de 2006. Desta grande movimentação, surgiram os fóruns setoriais da área da cultura, considerando suas mais diversificadas formas de expressão.

Todo este processo, em constante dinâmica para sua consolidação, resultou numa estrutura mais elaborada para a realização da 2ª Conferência Nacional de Cultura em 2010. Precedendo este movimento, foram organizadas e realizadas Conferências de Cultura em um número muito maior nesta edição do que na primeira. Segundo dados coletados, o total de participantes no movimento da Conferência Nacional, suas conferências estaduais e municipais, apontam para o montante de 226.846 pessoas, sendo que a eleição de delegados de uma instância para a próxima tinha de considerar a relação de 2/3 de representação da sociedade civil para 1/3 de representantes do poder público.

A 2ª CNC é um exemplo de construção coletiva de múltiplos mecanismos de responsabilização, que, segundo Anastacia e Inácio (2006), incentiva o comportamento responsivo dos agentes políticos relativamente às preferências dos cidadãos.

“O acompanhamento e as deliberações continuadas acerca de um determinado programa ou ação governamental propiciam informações relevantes para o ajuste, a avaliação e a realização de eventuais mudanças na direção de uma política pública. Logo, essas arenas participativas podem potencializar a adaptabilidade das políticas públicas e da ação governamental com base no fluxo informacional que pauta as suas deliberações e o aprendizado relativo às conexões entre as políticas e seus efeitos” (ANASTACIA e INÁCIO, 2006)

Os setores artísticos e culturais, organizados em seus fóruns, tiveram a oportunidade de realizar as pré-conferências setorializadas de onde se consolidou o que hoje conhecemos como Colegiados Nacionais Setoriais, formados por representantes das áreas da cultura específicas de cada colegiado, com cadeira para titulares e suplentes de macrorregiões da

federação. E foi destas instâncias que partiram os indicados para ocupar as cadeiras respectivas no Conselho Nacional de Políticas Culturais, em exercício por decreto desde 2007. Vale ressaltar que na Cultura, as instâncias representativas tiveram como sugestão a alteração em sua nomenclatura, passando a se denominar “de Políticas Culturais” e não apenas “de Cultura”, além de uma sugestão de alteração significativa em sua estrutura funcional, respeitando a capacidade deliberativa destas instâncias por sua formação paritária, ou seja, tendo 50% de seus representantes indicados ou eleitos pela sociedade civil em fóruns organizados. A mudança de nomenclatura expressa a nova concepção dessa instância de participação social, facilitando o entendimento de seu papel e significado, além de que, unificar as nomenclaturas dos componentes nos três níveis de governo é importante para a exata compreensão do Sistema Nacional de Cultura. É um movimento que não se restringe ao campo cultural, mas a todos os setores da sociedade civil como potenciais colaboradores para a construção das políticas públicas.

A adesão ao Sistema Nacional de Cultura e seus benefícios respeita algumas regras que precisam ainda de uma adequação estrutural principalmente nas esferas municipais, mas não é obrigatória, é voluntária. Entre estas regras está a criação ou reestruturação dos conselhos de política cultural, a elaboração de um plano de cultura com vigência decenal, além dos fundos de incentivo à cultura. É o famoso CPF da Cultura: Conselho, Plano e Fundo, estrutura mínima para implantação de Sistemas de Cultura nas instâncias estaduais e municipais. O município de Joinville já tem mais do que o seu CPF da Cultura e a participação da sociedade civil para a construção da política cultural no município é explorada no próximo capítulo.

#### **4 – A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE: UM CAMINHO DE CONQUISTAS**

A participação da sociedade civil para as mudanças ocorridas na gestão cultural do município de Joinville é historicamente efetiva. E Joinville é promissor no campo das artes e da cultura. Evolui às vezes a passos largos, mas sempre evolui. Desde 1945 a municipalidade gerou diversas entidades públicas de cultura para sua gestão. O município tem sete museus, a Casa da Cultura e suas três escolas (artes visuais, música e dança), uma galeria, um espaço multiuso denominado Centreventos Cau Hansen, o Teatro Juarez Machado e a Cidadela Cultural Antártica<sup>3</sup>. Criam também, instâncias de consulta como o Conselho de Cultura e a Comissão de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural. Em seu calendário oficial o município conta com os eventos Coletiva de Artistas desde 1971 e do Festival de Dança desde 1982, reconhecido como o maior do mundo. Tem também uma Festa das Flores que em 2012 chega a sua 74ª edição. Uma Feira do Livro e uma Mostra de Teatro que chegaram as suas nonas edições em 2012. Têm ainda, no calendário de 14 festas populares: do Colono (2), da Colheita, do Arroz, do Aipim, da Polenta, do Cará, do Pato, do Peixe, do Pescador, do Tiro Rei e Rainha e o Bandoneonfest. Soma-se a estes eventos a festa popular brasileira do Carnaval, forte expressão na cidade nas décadas de 1970 e 80 e com resgate a partir de 2006, devolvendo à cidade os tradicionais bailes de rua e desfiles de blocos e escolas de samba.

A administração de todos estes espaços e atividades culturais, cada qual com sua missão distinta de contribuição para história e desenvolvimento cultural da cidade, é uma árdua tarefa que somente a partir do diálogo do governo com a sociedade civil, seja em pequenos ou grandes grupos, e com outros órgãos da administração pública, mostrou serem possíveis significativas mudanças para impulsionar o desenvolvimento cultural da cidade e de suas políticas culturais.

---

<sup>3</sup> Antiga sede da fábrica de cervejas Antártica localizada no centro da cidade e que foi doada à municipalidade em 2001 e entregue a cidade como espaço cultural para abrigar as mais diversas manifestações culturais. Esta realidade está longe de se efetivar e o espaço cultural público, por necessitar de arranjos de parceria para dar conta de sua administração, adequação e manutenção, até agora não foi reconhecido pela cidade como espaço cultural e consta como uma das principais diretrizes do Plano Municipal de Cultura, corroborado como prioridade pela maioria dos setores culturais que compõem o CMPC-Jlle.

É de 1992 o primeiro esforço sistemático para a proposição de uma política pública para a gestão cultural no município. Com a participação de 22 agentes culturais, foram propostos subsídios iniciais para a construção de uma política cujo foco principal era a identidade cultural associada ao exercício da cidadania. Foram construídas formulações conceituais que deviam implementar três linhas de ação: promoção, preservação e resgate. A partir destas linhas, foram propostas ações abrangendo os vários âmbitos da gestão cultural. A iniciativa resultou num documento publicado em 1994 (“Cultura para a qualidade de vida”) e sua implementação ao longo dos dois anos seguintes foi avaliada em outro documento publicado em 1996 (“Cultura para a qualidade de vida – o desempenho de uma política cultural”). (Plano Municipal de Cultura de Joinville, p. 4)

No ano de 2005, a mudança de governo para a administração do município integrou o então vice-prefeito ao cargo de diretor presidente da Fundação Cultural de Joinville. Uma de suas primeiras ações foi convidar artistas e agentes culturais atuantes para levantar as demandas da classe. Neste ano, Joinville teve o primeiro edital de incentivo à cultura lançado na cidade e foi realizado fórum onde foi apresentada uma proposta de lei para um sistema de fomento. No mesmo ano, em dezembro, a Lei 5.372 que institui o sistema de financiamento e incentivo a projetos culturais através de mecanismos de edital e mecenato, é aprovada como SIMDEC, Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura, que foi regulamentado pelo Decreto no 12.839, de 17 de março de 2006.

E foi em 2006 que artistas e agentes culturais da cidade começaram a exigir da municipalidade uma atenção especial ao movimento nacional de construção de um sistema para gestão cultural no país. O município de Joinville integrou a 1ª Conferência Nacional de Cultura através de uma conferência intermunicipal, mas poderia ter optado pela realização de uma conferência própria, o que não aconteceu. A Conferência Intermunicipal de Cultura contou com a participação de representantes de 12 municípios, sendo 198 da sociedade civil e 26 do poder público, mas a discussão e apresentação de propostas limitou-se a esfera estadual e federal, conforme orientações desta última. Atendidas as reivindicações de 2006, formou-se uma comissão organizadora com participação de representantes da sociedade civil organizada para a 1ª Conferência Municipal de Cultura que planejou sua estrutura articulada àquela primeira conferência nacional e foi realizada em 2007 apresentando em seu debate questões sobre identidade, diversidade, pluralismo, fomento e desenvolvimento, propondo ações para

uma política cultural municipal efetivamente participativa, elegendo pressupostos e afirmando o compromisso mútuo, estado e sociedade, de realização bienal de conferências da cultura.

E no período de 2006 a 2009, verificou-se um engajamento e uma participação sem precedentes de seus agentes culturais, nos espaços participativos criados: as comissões de organização das conferências municipais de cultura (a primeira em junho de 2007 e segunda em outubro de 2009), as pré-conferências setoriais e as conferências<sup>4</sup>. Já em 2009, a gestão cultural, o Conselho de Cultura e a Comissão organizadora da 2ª Conferência empreenderam esforços e incluíram na estrutura e regimento desta grande reunião a realização de eleição dos representantes da sociedade civil para o então futuro Conselho Municipal de Política Cultural em oito das 11 pré-conferências setoriais de cultura. Os eleitos, titulares e suplentes, foram referendados na plenária final da 2ª Conferência Municipal de Cultura de Joinville, realizada em outubro daquele ano, onde também foi expedida uma moção encaminhada ao então Conselho Municipal de Cultura que estava envolvido diretamente na finalização do projeto da Lei 6705, para inclusão das cadeiras de Comunicação e Formação em Cultura, como também, a participação nas últimas reuniões daquele conselho, dos conselheiros já eleitos para a próxima gestão. Este mesmo projeto de Lei, também foi apresentado na 2ª Conferência para que a sociedade civil participasse desta construção.

A mobilização para a 2ª Conferência Municipal de Cultura de Joinville (CMC-Jlle) em 2009 teve seu regulamento integrado a 2ª Conferência Nacional de Cultura (2010) e alcançou êxito na participação com mais de 600 participantes, somando-se a participação nas pré-conferências e na conferência. Os agentes culturais de Joinville também tiveram uma participação significativa nos eventos deste movimento nacional: 50 delegados para 2ª Conferência Estadual de Cultura e nove delegados para a nacional. Deste processo, Joinville ainda conta atualmente com agentes culturais no Conselho Estadual de Cultura, no Colegiado Nacional de Artes Visuais e no Conselho Nacional de Política Cultural. Vale ressaltar que o planejamento da 2ª Conferência Nacional de Cultura contou com uma efetiva comunicação e laços entre os entes federados, o que corroborou com o sucesso de sua ação mobilizadora como destacam Henriques, Braga, Silva e Mafra:

---

<sup>4</sup> Ver TABELA 1 - Quadro de Participação Pré-conferências e fóruns setoriais de cultura de Joinville, página 30.

“Entendendo o conceito de TORO & WERNECK (1996), em que a mobilização é entendida como um processo de convocação de vontades para uma mudança de realidade, através de propósitos comuns estabelecidos em consenso, é possível compreender a demanda pela comunicação estrategicamente planejada na estruturação de um projeto mobilizador, uma vez que as pessoas precisam sentir-se como parte do movimento e abraçar verdadeiramente a sua causa.” (HENRIQUES, BRAGA, SILVA, MAFRA, 2004, p. 4)

Uma das mais significativas conquistas no caminho percorrido foi, sem dúvida, a Lei 6.705 de 11 de Junho de 2010 que institui o Sistema Municipal de Cultura de Joinville e apresenta uma nova configuração para o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC-Jlle).



Figura 1 – O Sistema Municipal de Cultura de Joinville e seus componentes

Fonte: <http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/downloads/apresentacaosmcjoinville.pdf>

Em seus artigos 14 e 15, o CMPC-Jlle é instância permanente, de caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador, que atua na formulação de estratégias e controle da execução das políticas públicas de cultura do município de Joinville.

Falar em conselhos pressupõe, de antemão, estabelecer suas atribuições, poder de decisão e composição. A literatura especializada indica que os conselhos tornam-se mais efetivos quando têm competência para formular diretrizes políticas, gerir fundos e fiscalizar a execução dos planos e programas governamentais. A efetividade torna-se ainda mais incisiva quando esses conselhos são deliberativos (ao invés de consultivos) e paritários, ou seja, com participação igualitária da sociedade e do poder público. Além disso, quanto “mais forte” for o Estado e a própria sociedade civil (no sentido de sua abrangência e representatividade social), maiores são as chances de êxito. (MATA-MACHADO, 2011, p.266)

Formado por representantes da sociedade civil e do poder público municipal, o novo conselho de política cultural é constituído por 48 membros, sendo 24 titulares e 24 suplentes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo para um período de dois anos. Um conselho que em sua estrutura respeita o princípio paritário, que segundo Ribeiro:

(...) está associado à ideia de que os conselhos são espaços de gestão compartilhada, ou seja, a definição das políticas públicas é de responsabilidade conjunta do governo e da sociedade civil. Paridade é uma forma de garantir representação de diferentes segmentos sociais. (RIBEIRO, 2010, p. 88)

E como conselho de política, reforça a alteração na relação entre Estado e Sociedade, como destacam Almeida e Cunha:

(...) os conselhos de política são, indubitavelmente, os mecanismos participativos mais difundidos no país nas diferentes áreas de políticas públicas e responsáveis por uma expressiva alteração na relação entre Estado e Sociedade, no que diz respeito ao modelo centralizado de produção de políticas. (ALMEIDA, CUNHA, 2001, p. 85)

Quando da finalização do projeto da Lei 6705 em 11 de junho de 2010, as cadeiras da sociedade civil ficaram compostas pelos seguintes setores: Artes Visuais, Audiovisual, Comunicação em Cultura, Cultura Popular, Dança, Formação em Cultura, Livro e Leitura, Música, Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Museus e Espaços de Memória, Teatro e Circo.

As cadeiras do governo na nova configuração do CMPC-Jlle, atendendo ao princípio da transversalidade para as políticas públicas, deram assento a diversas secretarias e aos departamentos da gestão cultural. A Fundação Cultural tem quatro assentos com a Presidência, a Gerência de Ensino e Arte, a Gerência de Difusão e Incentivo Cultural e a Gerência de Patrimônio. As secretarias do governo receberam assento nos setores de Assistência Social, Educação, Comunicação, Turismo, Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento e ainda, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville, o IPPUJ.

Nada mais atual do que falar e reivindicar a transversalidade da cultura consubstanciada em práticas, políticas e em estudos da sociedade contemporânea. A cultura adquire, dessa maneira, um lugar singular e relevante na atualidade. Cabe propor mesmo uma centralidade para a cultura.(...) A proliferação de estudos, políticas e práticas culturais que articulam cultura e identidade, cultura e desenvolvimento, cultura e uma diversidade de outros dispositivos sociais, apenas confirmam o espaço e o valor adquiridos pela cultura nos tempos contemporâneos. (RUBIM, 2007, p. 141)

Para Joinville, o caminho percorrido em parceria entre governo e sociedade civil para a construção de sua atual política cultural é recheado de conquistas. Reestruturar e organizar a casa conforme orientações para integração a um sistema que também é novidade no país, o Sistema Nacional de Cultura, também é uma conquista. Seu funcionamento demanda a participação constante da sociedade civil e garanti-la é um dos maiores desafios como será demonstrado no próximo capítulo.

## 5 - O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE JOINVILLE: O DESAFIO DA NOVIDADE

O estudo de caso no CMPC-Jlle baseou-se em metodologia qualitativa a partir de diferentes técnicas de pesquisa: revisão bibliográfica, observação participante, análise documental e entrevistas semiestruturadas com conselheiros representantes da sociedade civil e do governo na atual gestão do conselho e conselheiros do antigo conselho municipal de cultura. A análise documental foca-se no conteúdo da lei, do regimento e das atas do novo conselho, como documentos fidedignos, devidamente aprovados por seus participantes e são documentos oficiais que registram o processo de deliberação<sup>5</sup>.

A posse do novo conselho municipal de política cultural aconteceu em 9 de setembro de 2010, 11 meses após a eleição dos representantes da sociedade civil. A administração municipal em concordância com o órgão gestor da cultura no município optou pela indicação inicial dos secretários das áreas transversais, justificada pela necessidade de acompanhamento, entendimento e envolvimento das secretarias nas questões culturais da cidade. O quadro de conselheiros do poder público então, contou com a participação dos comissionados da gestão e não dos servidores exclusivamente, como prevê a Lei.

A primeira reunião deste conselho, coordenada inicialmente pela Fundação Cultural de Joinville, contou com a participação de todos os conselheiros titulares e alguns dos suplentes. Entre os assuntos em pauta naquela reunião estavam a formação de dois grupos de trabalho, para construção do regimento e retomada dos trabalhos para finalização do Plano Municipal de Cultura, uma comissão temática que pensaria a estrutura inicial dos subsistemas ainda inexistentes e a eleição da diretoria. A primeira pauta foi a apresentação da versão final da Lei que cria do Sistema Municipal de Cultura e institui o conselho, um reforço do que já havia sido apresentado quando da realização da 2ª CMC, 11 meses antes.

Quanto à eleição da diretoria, os presentes deliberaram a realização da eleição após 180 dias de exercício do conselho, mesmo prazo estipulado para aprovação do regimento interno, que, pela reestruturação do novo conselho, demandava a sua construção. No debate realizado acerca da questão eleição da diretoria, um argumento que prevaleceu e referendou a

---

<sup>5</sup> Documentos disponíveis em [www.cmpc-jlle.blogspot.com](http://www.cmpc-jlle.blogspot.com) e [www.joinvillecultural.sc.gov.br](http://www.joinvillecultural.sc.gov.br)

deliberação, foi o de que os conselheiros não se sentiam seguros para esta escolha por não se conhecerem mutuamente, mesmo reconhecendo a representatividade de cada conselheiro em seu setor. A novidade democrática, a nova configuração e as novas funções do conselho também pesaram para a prorrogação desta importante decisão.

Dentre as deliberações iniciais, vale destacar a decisão unânime de que o presidente do conselho deveria ser um representante da sociedade civil, ficando a cadeira de vice-presidente livre para a eleição entre os representantes das duas partes que o compõe, respeitando a titularidade. Esta foi uma decisão do plenário do CMPC-Jlle, que não consta como obrigatoriedade nem na lei, nem no regimento. Os documentos oficiais registram apenas que o presidente do conselho será eleito entre os seus pares reunidos em plenário. A secretaria executiva, que pela lei deveria ter um representante indicado pelo órgão gestor independente de ligação direta com o conselho, teve solicitação de alteração no regimento interno que seria construído, para que fosse composta por dois representantes, acreditando que os trabalhos seriam mais bem executados se divididas as inúmeras e novas funções já previstas na Lei 6705 para a secretaria.

Nesta mesma reunião, uma importante questão gerou um debate inclusivo para o funcionamento deste conselho, intentando dar conta da necessidade de acompanhamento presencial dos suplentes para exercerem a substituição com conhecimento das deliberações para continuidade das discussões na construção da política cultural de Joinville, pois a tarefa de finalização do Plano Municipal de Cultura com base nas propostas da 2ª Conferência Municipal de Cultural (2009) demandava o acompanhamento de ambos os conselheiros eleitos. Foi deliberado que as convocações para as reuniões seriam dirigidas tanto aos suplentes quanto aos titulares e deveria também, constar no regimento interno. Este direcionamento é destacado por Almeida e Cunha como importante ponto da teoria deliberativa por corroborar com “a ideia de que o processo de deliberação envolve o exercício da argumentação e da decisão e deve ser inclusivo”. (2011, p.86-7)

Os grupos de trabalho (GTs) formados naquela primeira reunião foram o GT Regimento e o GT Plano. O primeiro teve a tarefa de construção do regimento interno e prazo de trabalho em 180 dias, executados com ampla consulta a todos os conselheiros. Para a aprovação pela Controladoria Geral do Município, foi solicitada a retirada da indicação de dois membros para a secretaria executiva, respeitando o que estava previsto na Lei. O

segundo GT, com prazo de trabalho estendido até a realização da 3ª Conferência Municipal de Cultura em 2011, teve a tarefa inicial de delinear o planejamento para a finalização do Plano Municipal de Cultura. A comissão temática, com caráter permanente, tem a tarefa de planejar a construção dos subsistemas que compõem o Sistema Municipal de Cultura.

A participação em grupos de trabalho demanda aos conselheiros uma comunicação constante com seus pares para contribuir de forma efetiva na consolidação de documentos, propostas, diretrizes e ações, focando inicialmente as consultas e devolutivas no que interessam ao seu setor e, em segundo lugar, aquelas que dizem respeito ao desenvolvimento da cultura em geral, para a cidade de Joinville. A mobilização para troca de informações no setor que representam, tem se mostrado um dos maiores desafios aos conselheiros, como afirmam Henriques, Braga e Mafra:

...o desafio para todos os que lidam com projetos mobilizadores de qualquer natureza é o de manter, ao longo do tempo, o interesse e a coesão dos atores sociais que deles se dispõem a participar, diminuindo o risco sempre presente da dispersão. (HENRIQUES, BRAGA e MAFRA, 2002, p.1)

Um fato curioso que ocorreu no Conselho Municipal de Cultura de Joinville foi a negação por parte dos conselheiros da sociedade civil para a abertura e manutenção de um canal virtual como um e-grupo para o debate e a circulação de informações com relação ao movimento e para recebimento de demandas, conforme consta na ata da segunda reunião ordinária. A argumentação está no bombardeio de informações e modos de interação no meio virtual, que não permitem a atenção focada em uma pauta de trabalho como é, em resumo, o convite para a construção de uma política pública, mesmo que isso represente interferência direta no modo de funcionamento de determinado setor. Mas se analisarmos o meio pelo qual se deu a ação de mobilização para o levantamento de dados do setor, que não teve resposta, verificamos que foi a internet.

Um dos primeiros movimentos propostos pelo GT Plano foi à distribuição de um questionário para levantamentos de dados do setor e a construção de um diagnóstico, parte integrante do Plano Municipal de Cultura e que precisava ser construído como prevê a Lei 6.705. A informação e o documento foram apresentados em reuniões de associações de classes artísticas e enviados via correio eletrônico para os agentes culturais, mas a resposta

não aconteceu e o conselho propôs ao órgão gestor, a Fundação Cultural de Joinville, a realização dos fóruns setoriais em bloco, com calendário único, para: 1) obter informações e construir coletivamente um panorama de cada setor; 2) para a priorização e aprovação de redação final das propostas setoriais prioritárias para o Plano Municipal de Cultura, ficando a tarefa de construção das propostas ditas gerais exclusivamente ao Conselho.

Durante a realização desses fóruns em maio de 2011, instâncias formadas a priori pelos participantes das pré-conferências como rege a lei e o regimento, também não obteve a adesão esperada. Nesta ocasião, participantes que não pertencem a entidades organizadas nos setores culturais foram os que solicitaram e defenderam severa e publicamente a abertura de apreciação pública para a construção desta parte generalizada do documento Plano Municipal de Cultura, envolvendo até mesmo o poder legislativo da cidade nesta prerrogativa. As discussões nos fóruns setoriais, mesmo que acirradas, propiciaram a compreensão de que, o conselho enquanto instância participativa é aberta ao acompanhamento voluntário da sociedade civil, independente de titularidade de representação e, com direito a voz defendido pelos conselheiros em reunião ordinária. O “Portal do CMPC-Jlle” como é conhecido o blog onde estão disponibilizadas todas as atas e outros documentos importantes do conselho, como também o calendário anual de reuniões ordinárias e as respectivas convocações e pautas para as reuniões, passou a ser consultado e se tornou público, por mais público que já fosse.

Isso levanta um questionamento sobre o desinteresse da maioria dos artistas e agentes culturais da cidade por estes espaços participativos e a defesa de suas causas. Será desinteresse ou desinformação? E como efetivar a comunicação na transmissão da informação diante de tantos meios de interação social onde circulam muitas outras informações de interesse comum e particular? Qual o meio de comunicação correto para este tipo de mobilização em torno de uma causa, de um interesse comum? Mas a mobilização pela construção de uma política pública que vise garantir os direitos e dar sustentabilidade às manifestações artísticas e culturais, tradicionais e contemporâneas, incluindo o patrimônio material, imaterial e os espaços de memória, pode não interessar a comunidade cultural?

“Os movimentos sociais, diante deste espaço mediatizado, procuram transformar as lutas por reconhecimento em lutas por **visibilidade**. Fazer-se ver e ouvir encontra-se no centro das turbulências políticas do mundo moderno. A busca pela visibilidade vem em função da necessidade de que as reivindicações e preocupações dos indivíduos tenham um reconhecimento público, servindo de apelo de mobilização para os que não compartilham o mesmo contexto espaço/temporal.” (HENRIQUES, BRAGA, SILVA, MAFRA, 2004, p.2)

O que se percebe no movimento cultural de Joinville atualmente é uma baixa participação na construção da política pública de cultura de alguns setores que, num tempo próximo passado, foram muito representativos como é o caso das Artes Visuais, do Livro e da Leitura, do Audiovisual e do Patrimônio, compreendendo as suas três áreas Material, Imaterial e Museus e Espaços de Memória. O setor do teatro e circo segue participativo com seus agentes teatrais, mas reclamam uma participação e uma efetiva comunicação com o circo, que não acontece. A dança, que antes de 2011, era pouco representativa na Capital da Dança como é conhecido município de Joinville por realizar um dos maiores festivais de dança do mundo, foi o setor que obteve alta representatividade devido à atuação de seus conselheiros na interação direta através de reuniões de preparação para os eventos institucionalizados promovendo uma integração dos grupos de danças tradicionais e clássicos e os dançarinos de salão.

TABELA 1 - QUADRO DE PARTICIPAÇÃO PRÉ-CONFERÊNCIAS E FÓRUNS SETORIAIS DE CULTURA DE JOINVILLE

SETORIAIS	1ª CMC (2007)	2ª CMC (2009)	FORUM (2011)	PRÉ - 3ª CMC (2011)		2º FORUM (2011/12)
				Inscrições Antecipadas	Participantes	
Artes Visuais	24	61	16	33	18	13
Audiovisual	(não previsto)	25	09	20	08	3
Comunicação	(não previsto)	34	08	27	10	9
Dança	(não previsto)	28	26	59	63	(não realizado)
Cultura Popular	(não previsto)	37	08	33	48	18
Formação	12	66	10	32	32	(não realizado)
Livro, Leitura, Literatura	11	70	21	27	14	18
Música	28	43	16	41	24	(não realizado)
Patrimônio	42	71	22	40	34	7
Teatro	45	28	20	29	31	10
Linguagens Híbridas	(não previsto)	15	(não previsto)	(não previsto)	(não previsto)	(não previsto)
Produção Cultural	(não previsto)	(não previsto)	8	52	11	(não realizado)
Conferência	187	479	(não previsto)	231		(não previsto)

Fonte: Fundação Cultural de Joinville. Listas de presenças e inscrições antecipadas.

A tabela acima apresenta o número de participantes nas instancias participativas criadas no município após o movimento do Ministério da Cultura para construção do Sistema Nacional de Cultura e aquelas regulamentadas pela Lei Municipal nº 6705/2010 que institui o Sistema Municipal de Cultura de Joinville e dispõe sobre o funcionamento do CMPC-Jlle.

Vale ressaltar que o movimento para que a cidade de Joinville tivesse sua própria conferencia de cultura, partiu da iniciativa da sociedade civil. Quando da realização da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Joinville (CMC-Jlle), a comissão organizadora optou pela realização de seis pré-conferências divididas nos setores de artes visuais, arte-educação, livro, leitura e literatura, música, patrimônio e teatro. O setor de dança, da Capital da Dança, foi convidado a participar da pré-conferência de teatro por pertencerem às artes cênicas, e pelo fato de que naquele momento o setor da dança não apresentava uma organização coletiva.

A 2ª CMC foi integrada ao movimento para a 2ª Conferência Nacional de Cultura para a qual o Ministério da Cultura iniciou a mobilização nacional em março de 2009, um ano antes de sua realização, envolvendo as três esferas de governo. Para organização municipal, foi formada uma Comissão Organizadora composta por servidores e comissionados da administração, conselheiros do então Conselho Municipal de Cultura, representantes das mais diversas entidades artísticas da cidade e representantes sem vínculo com entidades, mas motivados pela mobilização. O assunto 2ª CMC estava em pauta constantemente no meio artístico e cultural da cidade e a mobilização se mostrou positiva. Foram discutidos e decididos por esta comissão os possíveis setores representativos da cultura e das artes em Joinville para organização das pré-conferências, já considerando a eleição direta de seus representantes para a composição do novo conselho. Os representantes das entidades de classe apresentavam suas defesas embasadas em constantes consultas aos seus pares e na efervecente produção cultural propiciada desde 2005 com a implantação do SIMDEC, o sistema de fomento. Parecia promissor o envolvimento desta instância organizacional para o funcionamento do novo conselho, de uma nova configuração para a política cultural de Joinville. E o movimento de troca constante com os pares garantia a segurança para a legitimidade das ações desenhadas, como afirmam Henriques, Braga, Silva e Mafra:

Para garantir uma maior efetividade, a comunicação dirigida deve ser adotada cotidianamente pelos movimentos sociais. Ela se traduz no processo que tem por finalidade transmitir ou conduzir informações, estabelecendo uma comunicação orientada e freqüente com um público identificado. Como estratégia de comunicação dirigida, a interação face-a-face retoma os contextos interativos de co-presença, promovendo uma maior proximidade entre os indivíduos e possibilitando ações mais coesas. (HENRIQUES, BRAGA, SILVA, MAFRA, 2004, p. 3)

A novidade mobilizadora foi, sem dúvida, a possibilidade de escolha, de eleição dos representantes dos setores para a composição do novo conselho de política cultural. Vale ressaltar que o próprio corpo de conselheiros do então conselho vigente, se auto-destituiu para dar lugar à nova configuração que se desenhava seguindo a orientação do Ministério da Cultura, mas respeitando as especificidades locais. Segundo Ribeiro:

Isso significa afirmar que, mesmo sendo a estrutura institucional dos conselhos a mesma em todo o país, por ser regida por princípios constitucionais da União para os estados, a implementação e o funcionamento adequado dessa estrutura em termos de participação política dependem de características essencialmente locais. (RIBEIRO, 2010, p.88)

Sobre as reestruturações dos conselhos de políticas públicas, encontramos em Faria a seguinte contribuição:

O conselho deverá comportar a diversidade de atores, mas é necessário olhar para o conjunto da cidade, suas transversalidades e diálogos públicos. Vivemos um momento de expressão da diversidade, vozes antes ausentes do mundo público passam a se manifestar e desejam um lugar ao sol no sistema decisório. No entanto, cada lugar precisará identificar as presenças fundamentais e buscar sínteses necessárias ao invés de compor o conselho com a somatória das diversidades ou das expressões de cada lugar. (FARIA, 2011, p. 284)

O sucesso mobilizador e de participação da 2ª CMC-Jlle, aliado ao comprometimento dos agentes culturais com as causas para a criação e fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura, rendeu a indicação por eleição de número significativo de joinvilenses para participação nas etapas anteriores e posteriores à 2ª Conferencia Nacional de Cultura.

Mas após o envolvimento local com a causa mobilizadora, o longo período necessário para aprovação do marco legal que legitimava as ações já executadas, como a eleição dos representantes do conselho nas pré-conferências, parece ter ocasionado um distanciamento entre representantes e representados. A posse do novo conselho quase um ano depois de eleitos os representantes da sociedade civil, somado a recusa dos conselheiros para abertura de fóruns virtuais para comunicação com seus pares podem ser considerados motivadores desta configuração, pois segundo Ribeiro (2010, p. 91) “a criação de canais de comunicação é fundamental para que aumente o grau de confiança no espaço do conselho”.

Com a realização de diversas etapas e vencidos os obstáculos encontrados no caminho para a construção do segundo mais importante documento da política cultural, o Plano Municipal de Cultura foi entregue à Câmara de Vereadores em março de 2012 e aprovado em 10 de julho de 2012. A minuta está disponibilizada e acessível a qualquer cidadão joinvilense no portal eletrônico do conselho que também disponibiliza todos os importantes documentos que dizem respeito ao conselho ([www.empc-jlle.blogspot.com](http://www.empc-jlle.blogspot.com)), garantindo a transparência das ações desta instância participativa formalizada. A sociedade civil como um todo também tem sua participação na construção da política cultural da cidade disponibilizada em meio virtual através do endereço [www.conferenciadeculturadejoinville.blogspot.com](http://www.conferenciadeculturadejoinville.blogspot.com), garantindo a possibilidade de fiscalização das ações da gestão cultural.

A dificuldade mobilizadora para as ações de consulta à sociedade civil para legitimar o principal documento norteador das políticas culturais do município, o Plano Municipal de Cultura e, posteriormente, para a participação na 3ª Conferência Municipal de Cultura que definiria as estratégias e metas do PMC-Jlle finalizado e elegeria os novos conselheiros para a segunda gestão do CMPC-Jlle, pode ser verificada nos números da participação apresentados na tabela 1. Fato curioso neste levantamento é o de que inscrições virtuais antecipadas para as pré-conferências da 3ª CMC-Jlle terem uma adesão superior a participação efetiva quando de suas realizações. Vale destacar também o resultado da participação no setor da dança que demonstrou seu fortalecimento político organizado.

Poderíamos nos perguntar se o modelo para mobilização seguido pelos representantes do setor da dança não poderia ter sido seguido pelos outros setores e nossa resposta seria positiva. Mas diante do acúmulo de responsabilidades na contemporaneidade é duvidosa a

possibilidade de reprodução do modelo, fato que contribuiu para o argumento dos conselheiros na recusa da manutenção de um fórum virtual interativo.

Mas o problema maior não está na falta de uma comunicação, mas sim, acredito, em um desinteresse ou desconhecimento de causa para com um movimento que visa à construção de um documento regulador amplo para o campo cultural municipal e suas íntimas relações com os outros entes federados. A experiência de Joinville demonstra que, pela adesão ao processo antecipado de inscrição para as pré-conferências de 2011 e pela participação dos artistas e agentes culturais nos mecanismos de fomento, a comunicação é efetiva e faz chegar a informação. A edição de 2011 do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura, o Simdec (sistema de fomento) teve a participação de mais de 400 projetos inscritos. Sendo o Simdec parte integrante do Sistema Municipal de Cultura de Joinville, esta adesão demonstra um vínculo fortalecido. Já, a participação na 3ª Conferência Municipal de Cultura de Joinville e suas etapas anteriores foi baixa. Outra hipótese que podemos apresentar aqui é que, pela falta de conhecimento de causas, o compromisso político não ganha prioridade na agenda social do cidadão.

Um dos maiores desafios enfrentados atualmente pelos conselheiros, como verificado nas atas disponíveis, é, sem dúvida, a mobilização de seus pares para troca de informações sobre as demandas do seu setor. O que se pode indagar é que, não obstante a transparência das ações do conselho e suas deliberações falta à gestão cultural de Joinville uma ação de comunicação e formação que vise à difusão de informações consistentes capazes de gerar o sentimento de corresponsabilização dos agentes culturais para com a construção e o fortalecimento permanente da política cultural.

Em suma, ações co-responsáveis equivalem ao estabelecimento de vínculos fortes. Planejar a comunicação nos projetos de mobilização social, estabelecendo fluxos que tendam à criação da co-responsabilidade, é o caminho mais viável para gerar a participação, a mobilização verdadeira e o efetivo êxito das iniciativas. (HENRIQUES, BRAGA e MAFRA, 2004)

Uma ação de comunicação precede um planejamento, o que muitas vezes é difícil de concretizar-se num órgão de gestão pública pela demanda de trabalho dos setores de comunicação no gerenciamento de crises geradas pela própria mídia e pela oposição partidária. A que se encontrar o caminho para ampliação da visibilidade e o aprofundamento dos objetivos dos espaços públicos de participação para a sociedade civil visando incitar sua participação efetiva. O planejamento da comunicação para mobilização é imprescindível e deve visar o fortalecimento da democracia através do estabelecimento e manutenção dos vínculos com seus pares.

Outra questão conflitante para o funcionamento adequado do CMPC-Jlle é o fato de o regimento restringir a indicação de comissionados como representantes do poder público, tanto para titulares quanto suplentes. A “dança das cadeiras”, movimento organizacional para a própria re-organização nos governos ocasionaram a constante troca dos titulares e suplentes desta parte. Os servidores municipais não podem se candidatar como representantes da sociedade civil segundo a Lei e o Regimento do CMPC-Jlle restringe sua participação como representante do poder público, mesmo que, entre esses colaborativos cidadãos, alguns tenham demonstrando o interesse em participar mais ativamente, como verificado nas pré-conferências de 2011.

TABELA 2 - QUADRO DE PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS NAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DO CMPC-JLLE

Quadro de Participação Reuniões 1ª Gestão CMPC-Jlle				
Data	Tipo Reunião	Sociedade Civil	Governo	Comunidade
27/set/10	Ordinária	14	16	0
29/nov/10	Ordinária	13	9	0
6/dez/10	Extraordinária	9	8	0
31/jan/11	Ordinária	12	11	0
28/fev/11	Extraordinária	14	6	0
28/mar/11	Ordinária	12	6	0
30/mai/11	Ordinária	12	10	0
8/ago/11	Ordinária	14	16	2
12/set/11	Extraordinária	9	6	0
3/out/11	Ordinária	12	9	6
10/out/11	Extraordinária	9	8	4
21/nov/11	Ordinária	10	9	4
28/nov/11	Extraordinária	6	6	1
5/dez/11	Extraordinária	7	6	6
13/fev/12	Ordinária	9	7	7
2/abr/12	Ordinária	9	8	5
26/jun/12	Ordinária	4	10	6

Fonte: Fundação Cultural de Joinville. Listas de presenças CMPC-Jlle.

O quadro de participação dos conselheiros nas reuniões desta primeira gestão do CMPC-Jlle apresenta o resultado destas trocas constantes na baixa participação dos representantes do poder público nas reuniões, cujo calendário bimestral para toda a gestão foi definido já na primeira reunião obedecendo o disposto na Lei. A participação da comunidade artística e cultural de Joinville nas reuniões do CMPC-Jlle foi registrada apenas após a realização dos fóruns setoriais de maio de 2011, onde ocorreram grandes questionamentos quanto à transparência das ações do CMPC-Jlle e o reconhecimento tardio do principal canal de informação criado justamente para a publicização dos documentos e principais decisões desta instância.

Fato curioso também é que, após a realização da 3ª CMC-Jlle em outubro de 2011, a participação da sociedade civil teve queda significativa. A justificativa para esta diminuição na participação da sociedade civil poderá ser verificada na próxima sessão deste trabalho, quando o resultado e a análise das entrevistas com os conselheiros serão apresentados.

## **6 – ENTREVISTA COM CONSELHEIROS**

Foram entrevistados 10 conselheiros sendo oito da nova configuração do conselho e dois do antigo conselho. O critério para escolha se deu da seguinte forma: dos oito novos conselheiros, quatro da sociedade civil sendo dois representantes de áreas artísticas e dois de áreas culturais e transversais; quatro do poder público sendo dois da gestão cultural e dois de áreas transversais; um conselheiro que participou do antigo e do novo conselho e um conselheiro que participou apenas do conselho antigo.

Estas entrevistas, de roteiro semi-estruturado, tiveram o objetivo de encontrar subsídios para diagnosticar a baixa participação nas instâncias criadas após legalização do SMC e do CMPC-Jlle, considerando a relação intrínseca entre a representação e a participação e, buscar sugestões para ampliar o interesse da sociedade civil na participação política no campo cultural.

### **6.1 – Resultados e reflexões das entrevistas**

A análise das entrevistas aponta que existem diferenças fundamentais na visão dos conselheiros da sociedade civil e do poder público quanto ao significado do título e das funções previstas aos conselheiros pela Lei e Regimento. Os representantes do poder público apresentam um conhecimento seguro com relação ao título e as responsabilidades advindas com o aceite da indicação, independente do campo social de atuação de um conselho. Todos os quatro conselheiros do poder público entrevistados pertencem a mais de um conselho na cidade, como titular ou suplente, nato ou indicado. Já entre os quatro entrevistados da sociedade civil, a questão apresentada gerou reflexões pessoais do que poderia significar este título. Um dos entrevistados que também integra outros conselhos na cidade, apresentou uma reflexão fidedigna das atribuições de um conselheiro. E outro entrevistado, lembrou que no momento de eleição dos representantes para esta primeira gestão, quando da realização das pré-conferências em 2009, foi informado pelo órgão gestor que, por todas as alterações que a Lei do SMC estava propondo, quando da posse do CMPC-Jlle, os conselheiros receberiam uma capacitação para o exercício das funções previstas, o que não ocorreu. Na primeira

reunião deste conselho, a gestão cultural reapresentou a Lei 6705 em sua versão final, apontando as alterações que o documento sofreu desde sua construção coletiva na segunda conferência. Este conselheiro, um dos mais atuantes e participativos da gestão na minha humilde opinião, disse se sentir incapaz de ser conselheiro pela experiência vivida na gestão e, pelo fato de que seu substituto já havia sido escolhido na terceira conferência realizada em 2011, sentia que já havia cumprido o seu papel. Mata-Machado expõe de forma bastante clara a problemática da conceituação:

A definição clara de um conceito é importante não só em função de sua comunicabilidade, ou seja, para que os interlocutores saibam do que estão falando, mas também de sua operacionalidade, isto é, para que possa ser colocado em prática. Se não há clareza quanto ao conteúdo do que é participação política, corre-se o risco de interpretar como tal ações que têm a aparência de participação, mas que são, na verdade, ou formas de cooptação de lideranças, ou mecanismos de ritualização de demandas, ou práticas de desresponsabilização do Estado ou, até mesmo, instrumentos de manipulação. (MATA-MACHADO, 2011, p. 261)

Já os conselheiros que fizeram parte do primeiro conselho de cultura da cidade, dizem que o papel de conselheiro é muito mais respeitado nesta nova configuração e que só assim e não antes, é possível exercer a função de conselheiro pela cultura. A atuação anterior limitava-se a reuniões pontuais convocadas pelo poder público quando entendia conveniente para apresentação e referendo de projetos e propostas já construídos pela gestão e não de demandas reais da sociedade, mesmo que os projetos e propostas apresentassem a solução para antigas demandas. A reestruturação do conselho de cultura para conselho de política cultural no município de Joinville, mesmo que em sua abrangência atinja um número relativamente reduzido da população, aproxima-se do que Domingues (2006) denomina de novas formas de coordenação da ação social:

A crescente autonomização das pessoas e das coletividades (a ampliação de sua liberdade de ação e movimento, a despeito de desequilíbrios gritantes para exercê-la e a manutenção de duros sistemas de dominação) implica que identidades e interesses não só se pluralizam como também se torna mais difícil, se não impossível, controlá-los de cima para baixo. De forma geral, nos pontos em que demandas variadas surgem e a criatividade social se exerce de maneira sustentada ou episódica, são os mecanismos de *rede*, baseados na *colaboração voluntária*, que têm proporcionado novas formas de coordenação da ação social e a articulação, em planos mais concretos, da solidariedade social. (DOMINGUES, 2006, p. 17)

Foi solicitado aos conselheiros entrevistados que descrevessem como se dá o exercício das quatro funções que caracterizam este novo conselho, além de identificar e justificar entre elas qual é a de maior dificuldade para o exercício: deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador. Novamente, a capacitação da gestão pública deixou claro o entendimento dos representantes do governo para o exercício das funções, ao passo que, para os representantes da sociedade civil faltam clareza e discernimento entre cada uma delas. A mais facilmente descrita foi a função fiscalizadora, apesar de ser apontada também como a mais difícil de se exercer na visão de seis dos conselheiros entrevistados, pela falta de capacitação, de não saber o que pode e não pode ser objeto de fiscalização. Os entrevistados apontaram dois momentos em que a função fiscalizadora teve espaço nos debates do conselho: quando da apresentação pela gestão do relatório do Instituto Festival de Dança (Oscip responsável pela organização e gestão compartilhada de um dos maiores eventos de dança do mundo que acontece há 30 anos na cidade) e quando a diretoria do conselho solicitou explicações à gestão cultural quanto a interdição dos aparelhos públicos como museus e escolas ocorridos no segundo semestre de 2011. Como ressalta Faria:

O papel do conselho é de construir permanentemente parâmetros públicos para a cultura, formular idéias, propostas, indicar caminhos, sugerir desafios, fiscalizar serviços públicos através do diálogo e da escuta, muito mais do que interferências políticas. (...) compreendemos por fiscalizar o ato dialógico de compreender realidades, sugerir dinâmicas, acompanhar processos de trabalho e não controlar ou lobizar (criar lobbies) para interferir no serviço público. (FARIA, 2011, p. 278-9).

A função deliberativa foi apontada por dois conselheiros como sendo a mais difícil pela novidade e por prescindir do debate, da argumentação e finalmente da decisão. O que acontece comumente, como reforça Dagnino (2002, p. 282), quando afirma que o poder deliberativo do conselho muitas vezes se transforma, na prática, em uma função consultiva ou apenas legitimadora das decisões, projetos, programas, ações apresentadas pela gestão. Todos os conselheiros entrevistados apontaram que as reuniões onde a matéria “divisão de recursos do Simdec” foi apresentada, foram o principal momento de exercício deliberativo desta gestão. Em cada uma das edições do Simdec, 2011 e 2012, a gestão apresentou uma proposta ao conselho, os conselheiros tiveram a orientação de consulta aos setores para verificação e comprovação das demandas e foram agendadas reuniões extraordinárias para a re-organização

dos recursos para os mecanismos de edital e mecenato. Os setores apresentaram propostas, ocorreu o debate, a defesa baseada em fortes argumentos com relação às especificidades de cada área artística ou cultural e chegou-se a versão final que configurou os documentos apresentados à sociedade quando da abertura dos editais.

A função consultiva também se fez presente no discurso pelo fato de a casa legislativa realizar, pontualmente, algumas consultas quanto a matérias em discussão naquela instância, como por exemplo, opinião do conselho para estabelecimento de datas comemorativas no calendário oficial da cidade para etnias que compõe a sociedade joinvilense e esclarecimentos quando foi denunciado inequivocamente o impedimento da participação da sociedade civil na construção das propostas gerais que compõem o PMC-Jlle. Um dos entrevistados apontou que esta relação com a Câmara de Vereadores deve ser estreitada de ambos os lados, pois não se verificou, por exemplo, a participação de vereadores da cidade nas principais conferências realizadas como a de comunicação, as de cultura, a de controle social e transparência (ConSocial), as de assistência social.

Foi apresentado aos conselheiros entrevistados o quadro de participação nas instâncias participativas criadas a partir de 2010 com o questionamento sobre os motivos que ocasionam a baixa participação. Outra questão de mesma ordem e de proposições diferenciadas foi aplicada para verificação da eficácia da relação entre representante e representados para os conselheiros da sociedade civil e da relação de transversalidade para os conselheiros do poder público. Os conselheiros da parte governamental, apesar de concordarem que a transversalidade nas políticas públicas ainda é uma novidade e demanda um entendimento maior de todos os campos, suas proximidades e compromissos para com a comunidade, entendem que a experiência é positiva, principalmente no conselho de política cultural. Outro conselheiro de área transversal apontou como positiva a sua participação no conselho de política cultural pela oportunidade de defesa da relação intrínseca e dependente daquele setor para com o setor cultural. Teve ainda a observação de que, para alavancar os benefícios que a transversalidade opera quando exercida, a indicação deve primar pelo interesse do indicado para garantia da participação, do envolvimento e da transmissão de informações, discussões e decisões junto aos gestores da secretaria a que pertence. Um dos conselheiros que também participa ativamente de outros conselhos por indicação da

administração, defendeu a necessidade urgente da realização de um fórum inter-conselhos para alinhamento das políticas e suas propostas. Apresentou como argumentos exemplos de propostas da área da educação, da assistência social e da infraestrutura que são muito próximas, mas que apresentam as especificidades de cada uma, demandando a integração para as ações que concretizarão futuramente tais propostas, entendendo como uma ação maior para o desenvolvimento da cidade como um todo integrado. Para esta questão, da relação inter-conselhos, Faria apresenta a seguinte reflexão:

A verdade é que o conselho será mais vital do ponto de vista participativo quanto mais mergulhado na cultura participativa, pois a participação é um complexo que nasce no interesse público do direito a expressão e nas oportunidades de diálogo na sociedade, cruza-se com instrumentos participativos (outros conselhos, orçamento participativo etc.), ascultas socioculturais, democracia direta e processos mesmo de desobediência, que podem qualificar a democracia cultural. O mundo da democracia, constitui-se não apenas daquele em que as instituições funcionam a contento, mas aquele onde o indivíduo e as coletividades autônomas constroem a sua “autônomos”, isto é, lei de si mesmo. Esta questão é vital para entendermos que os conselhos são realidades dinâmicas que devem ter ligações íntimas com o território e não apenas com a burocracia cristalizada; com o tempo cultural e não apenas com o tempo burocrático. (FARIA, 2011, p. 280-1).

E Botelho apresenta outra importante reflexão sobre a contribuição da cultura para o desenvolvimento:

Todas as formas de cultura que permitam avançar em termos artísticos e de qualidade de vida merecem atenção, pela ação efetiva das várias esferas do Estado na formulação e na implementação de políticas públicas para a área. Temos portanto, uma ação determinante para a contribuição da cultura ao desenvolvimento, notadamente quando este é entendido como combate às barreiras de ordem social, econômica e simbólica, esta última nem sempre suficientemente ressaltada. Sem a dimensão cultural é difícil imaginar o próprio desenvolvimento nacional. (BOTELHO, 2008, p. 118).

Para os conselheiros da sociedade civil esta foi a questão mais polêmica e foi referenciada por todos os quatro entrevistados como a maior dificuldade encontrada nesta gestão do conselho: o reconhecimento da representatividade pelos pares que os elegeram.

Apenas um dos conselheiros, que é representante de um dos setores mais participativos atualmente na cidade é que referendou a existência das instâncias participativas como o canal ideal para o estabelecimento desta relação. Ressaltou a necessidade constante de confiança que o conselheiro deve instigar em seus pares para legitimar a representação. Os argumentos para as dificuldades são diversos, desde encontrar espaço na agenda atribulada de compromissos profissionais para efetivamente exercer as tarefas que cabem a representação como a consulta e devolutiva constante aos seus pares. O período entre a eleição e a posse também foi apontado com um dos possíveis problemas para legitimidade da representação. Um dos conselheiros disse se sentir totalmente desmotivado logo no início da gestão pelo não reconhecimento de sua disponibilidade e vontade de fazer pelo setor e não por si próprio. Como destaca Ribeiro, citando Wendhausen, Barbosa e Borba (2006, p.142):

...a pouca importância dada ao processo eletivo para escolha dos representantes também se constitui em fator negativo, pois a clareza quanto a sua representatividade e a legitimidade real dos participantes em relação ao grupo que representam, constituem-se em recursos importantes para que se comprometam com os ideais que os tornaram conselheiros (RIBEIRO, 2010, p. 95).

A dificuldade na relação também foi reforçada pela falta de adesão da sociedade à participação nas instâncias geradas pela lei do SMC-Jlle e do CMPC-Jlle. Um dos conselheiros levantou a questão de que é mais cômodo ainda, na sociedade em geral, depositar a responsabilidade naqueles que ocupam cargos na administração da cidade do que reconhecer a força e o poder de interferência de cada cidadão. Diz ser difícil aos conselheiros mostrar aos seus pares que, independente do lugar que ocupam na sociedade, os espaços de organização social são públicos e demandam a participação e o interesse de todos.

Entre todos os conselheiros, a demanda das atividades profissionais e da vida em sociedade como se apresenta, é um problema a ser enfrentado. Ainda mais que há de se considerar que são poucos os trabalhadores da cultura que podem viver de seu ofício artístico ou cultural e necessitam de outras atividades profissionais complementares para dar conta da vida. Para participação política também foi apontado que você precisa ter uma agenda mais livre, mesmo que a Lei garanta o seu direito a participação nas reuniões e atividades do conselho. O sistema social, na visão de um dos conselheiros, pode ser o culpado. Vivemos

num momento de escravidão às demandas de urgências. Não se pode passar um dia ou meio dia sem responder e-mails, por exemplo, que as cobranças são imediatas, além do bombardeio de informações que atrapalha a atenção que deve ser dada a determinado assunto ou matéria. O fato de serem lançadas constantemente as possibilidades de discussão sobre determinado tema via internet afasta as pessoas ou não prioriza os compromissos políticos presenciais como importantes na agenda social.

O ultimo questionamento feito aos conselheiros tentou buscar sugestões para ampliação da participação da sociedade civil e as contribuições estão elencadas abaixo:

- 1) Proposição de reuniões para discussão da política cultural integrando os setores representativos da sociedade civil;
- 2) Realização de reuniões itinerantes do conselho de cultura em sedes de associações de bairros e outras entidades, com ampla divulgação local para participação e reconhecimento da existência do conselho e sua importância para o desenvolvimento da cidade;
- 3) Programas integrados com a Secretaria de Educação para realização nas escolas de bate-papos entre membros de diferentes conselhos para reconhecimento dessas instâncias pelas crianças, pelos jovens e pelos adultos;
- 4) Realização de fóruns inter-conselhos com ampla divulgação e abertura de participação da comunidade em geral;
- 5) Diálogos constantes com a mídia local para que priorize em suas pautas matérias e reportagens sobre os conselhos;
- 6) Formação cidadã com investimento da gestão pública na educação informal possível através das mídias, como a criação de programas de rádio específicos para a comunicação com a sociedade sobre o papel dos conselhos, sobre a vida dos conselhos, sobre os conselheiros;
- 7) Veiculação em tempo real via internet, de todas as reuniões do conselho, propiciando visibilidade ampliada das instâncias participativas;
- 8) Investimento na capacitação dos conselheiros, dos agentes públicos e da sociedade civil.

## 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inegáveis os avanços e conquistas na construção da política cultural da cidade de Joinville. Mas considerando os conselhos de políticas como instituições importantes na inclusão da sociedade civil para a construção dessas políticas, o constante debate sobre o seu funcionamento e a sua relação positiva com a sociedade deve ser permanente.

A capacidade técnica da gestão cultural de Joinville e sua estruturação em marcos legais possibilitou ao município o reconhecimento pelo Ministério da Cultura como modelo para outros municípios brasileiros na consolidação de seus sistemas de cultura. O dever de casa para com a adesão ao Sistema Nacional de Cultura está cumprido. Joinville já tem seu CPF da Cultura devidamente legalizado e em pleno funcionamento. Mas, como apontado nas entrevistas e também, como defendido severamente pelos participantes da 1ª Conferência Nacional de Controle Social e Transparência, na qual esta autora teve a oportunidade de representar a cidade e posteriormente o estado como delegada é necessário e urgente o investimento na criação ampliada de cursos de formação e capacitação para os conselheiros, de todas as áreas sociais. A defasagem de conhecimento entre aqueles que representam o governo e aqueles que representam a sociedade civil é um obstáculo a ser vencido para o funcionamento adequado do conselho e suas atribuições.

O problema da comunicação não é exclusivo do conselho ou dos conselheiros, é um problema social que demanda constante atenção e criação de estratégias para sua efetivação. É preciso informar à comunidade da existência dos conselhos, bem como propiciar um maior alcance através da comunicação por meio de rádios, TV, jornais, informativos, periódicos, internet, aos agentes culturais e à população em geral sobre as ações do conselho.

O Conselho Municipal de Política Cultural de Joinville foi renovado recentemente. Apesar das dificuldades e do extenso período de nove meses para conclusão do quadro de conselheiros representantes da sociedade civil, devido à falta de mobilização e a baixa participação verificada nos últimos tempos, a nova gestão já firmou o compromisso de realização de reunião extraordinária com pauta única: a capacitação dos conselheiros para o exercício de suas funções.

Reforça-se assim, a importância da ampliação da discussão permanente sobre os aspectos que contribuem ou dificultam para o exercício da função de conselheiro, para a participação da sociedade civil nas instâncias participativas no campo da política cultural e para fortalecimento e reconhecimento da representatividade dos conselheiros de política cultural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. C. R.; CUNHA, Elenora Schettini. **O potencial dos conselhos de políticas na alteração da relação entre Estado e Sociedade o Brasil**. In: Programa de Formação de Conselheiros Nacionais. (Org.). Controle Público e Democracia. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 83-108.

ANDRADE, Jackeline Amantino; SILVA, Ana B. N. **Política cultural apropriada pela sociedade: O Sistema Nacional de Cultura como Rede Interorganizacional**. IV Encontro de Estudos Organizacionais, 2006, Porto Alegre, Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

ANASTASIA, Fátima; INÁCIO, Magna. **Democracia, Poder Legislativo, Interesses e Capacidades**. Fevereiro de 2006 (no prelo).

ANASTASIA, Fátima. **Federação e Relações Intergovernamentais**. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. (Org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 1 ed. Rio de Janeiro : São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da UNESP, 2004

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

AVRITZER, Leonardo e SANTOS, Boaventura de Souza. **Para ampliar o cânone democrático**. Disponível em [www.eurozine.com](http://www.eurozine.com)

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativa e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação**. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 3, p. 443 a 464.

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática e deliberação pública**. *Lua Nova* [online]. 2000, n.50, pp. 25-46.

BRASIL. **Cultura em três dimensões**. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

BRASIL. **A Conferência em revista**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35ª edição. São Paulo: Saraiva, 2005.

BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de Política**. Vol. 1 e 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOTELHO, Isaura. **Ministério da Cultura: um olhar sobre o presente**. In: RUBIM, Linda & MIRANDA, Nadja (org.). **Transversalidades da Cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 115 a 121.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades**. In DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, p. 279-301, 2002.

DOMINGUES, José Maurício. **Instituições formais, cidadania e solidariedade complexa**. *Revista Lua Nova*, nº 66. São Paulo: 2006, p. 9-22.

FARIA, Hamilton. **Conselhos de cultura: novos e antigos desafios da cidadania cultural.** In: RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane & RUBIM, Iuri (orgs.). **Políticas Culturais, Democracia & Conselhos de Cultura.** Salvador: EDUFBA, 2011, p. 271-92.

HENRIQUES, Márcio S. **Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social.** In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. **Sociedade Civil e Participação.** Módulo 4 do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 33 a 49).

HENRIQUES, Márcio S.; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. **As relações públicas na constituição das causas sociais: a mobilização como ato comunicativo.** Belo Horizonte: 2002. p. 01 - 10. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~simeone/2/causas.pdf>. Acesso em: 23/09/2011.

HENRIQUES, Marcio S.; BRAGA, Clara S.; SILVA, Daniela B. do Couto e.; MAFRA, Rennan L. M. **Relações públicas em projetos de mobilização social: funções e características.** Belo Horizonte: 2004. p. 01 a 13. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~simeone/agosto.htm>. Acesso em 23/09/2011.

JOINVILLE, **Sistema Municipal de Cultura de Joinville e Conselho de Política Cultural de Joinville.** Lei 6705 de 11 de junho de 2010

JOINVILLE, **Plano Municipal de Cultura.** Lei Ordinária nº 7258/2012 de 06 de Julho de 2012.

MATA-MACHADO, Bernardo Novaes. **Participação política e conselhos de cultura: uma proposta.** In: RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane & RUBIM, Iuri (orgs.). **Políticas Culturais, Democracia & Conselhos de Cultura.** Salvador: EDUFBA, 2011, p. 259-70.

RIBEIRO, Maria Aparecida. **Os limites da representação política no Conselho Municipal do Idoso de Ji-Paraná/RO.** In: SANTOS, Glaucia Quissi ... [et al.] **Engendrando novos atores sociais.** Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

RUBIM, Antonio A. Canela. **Políticas culturais: entre o possível & o impossível.** In: NUSSBAUMER, Gisele M. (org.). **Teorias & Políticas da Cultura: visões multidisciplinares.** Salvador: EDUFBA, 2007, p. 139-58.

SANTOS, Célia Quirino dos. **Tocqueville: a realidade da democracia e a liberdade ideal.** In: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/artigos>>. Acesso em: 14/12/2010.

SOTO, Cecília; CANEDO, Daniele; OLIVEIRA, Gleise & SALGADO, Júlia. **Políticas públicas de cultura: os mecanismos de participação social.** In: RUBIM, Antonio A. C (org) **Políticas culturais no governo Lula.** Salvador: EDUFBA, 2010 (p. 25 a 47)